



VIII CONGRESSO PORTUGUÊS DE SOCIOLOGIA

40 anos de democracias: progressos, contradições e perspectivas

ÁREA TEMÁTICA: Direito, Crime e Dependências [AT]

PERCEPÇÕES POLÍTICAS, ECONÔMICAS E SOCIAIS DA CRIMINALIDADE NO MUNICÍPIO DE PALMAS, ESTADO DO PARANÁ (BRASIL), ENTRE 2005-2012

CAMAROTTO, Melaine Roberta

Mestranda em Gestão e Desenvolvimento Regional (UNIOESTE)

Docente (UTFPR)

mcamarotto@utfpr.edu.br

CARVALHEIRO, Elizângela Mara

Doutora em Desenvolvimento Rural (UFRGS)

Docente (UTFPR)

elizangelam@utfpr.edu.br

OLIVEIRA, Amarildo Antônio

Licenciado em Geografia (UNIOESTE), Especialista em Desenvolvimento Regional (UNIOESTE) e Bacharel em Direito (IFPR)

Policial Militar do Paraná (3º BPM)

amarildoao@hotmail.com

Resumo

A economia de mercado acarretou uma maior necessidade de bens e serviços, mas ao mesmo tempo gerou um processo de aproximação dos atores sociais, confrontando-os com características dispare, seja nas questões históricas, sociais, econômicas, culturais. Todos esses emaranhados de interrelações possibilitaram mudanças de comportamentos socialmente correto. Surge a partir de então, o aparecimento de crimes, sejam movidos por questões econômicas, ou de caráter agressivo a vida humana. Dessa forma, o presente trabalho visa verificar a relação entre os indicadores socioeconômicos e as taxas de criminalidade, alicerçada pelas políticas públicas estaduais no município de Palmas, estado do Paraná (Brasil), entre 2005-2012. Para tanto foi realizado uma pesquisa quantitativa buscando informações em dados secundários, fontes bibliográficas e legislação. Palmas é o 15º município mais desigual do Sul do Brasil, e o 9º no Paraná, disparidade que desencadeia problemas sociais como a criminalidade. Investimentos na área de segurança pública propiciaram redução na criminalidade, mais é importante ressaltar que para obter uma redução criminal consciente, s pode levar anos e gerações, no entanto o investimento deve ser abrangente para todas as áreas sociais e econômicas, objetivando elevar consideravelmente o IDH das populações, pois, investir apenas em segurança pública vai fazer com que a ocorrência do crime transfira-se de local, o que vem ocorrendo há muitos anos no Brasil.

Abstract

The market economy has led to a greater need for goods and services, but at the same time generated a process of approximation of social actors, confronting them with disparate characteristics, is the historic, social, economic and cultural issues. All of these changes allowed tangled interrelationships of socially correct behavior. Arises from then, the appearance of crimes are driven by economic issues, or aggressive character of human life. Thus, the present study aimed to investigate the relationship between socioeconomic indicators and crime rates, underpinned by state public policy in the city of Palmas, Paraná (Brazil), between 2005-2012. Therefore, we conducted a quantitative survey seeking information on secondary data, literature sources and legislation. Palmas is the 15th most unequal city in Southern Brazil, and 9th in Paraná, a disparity that triggers social problems such as crime. Investments in public safety brought about reduction in crime, is more important to emphasize that for a conscious crime reduction, s can take years and generations, however the investment must be comprehensive to all social and economic areas, aiming to raise considerably the HDI populations therefore invest only in public safety will cause the commission of a crime to transfer from a place, which has been occurring for many years in Brazil.

Palavras-chave: Índice de Desenvolvimento Humano; Taxas de criminalidade; Políticas Públicas.

Keywords: Human Development Index; Crime rate; Public Policy.

COM0147

1. Introdução

O estudo, ora proposto, tem por objetivo verificar a relação entre os indicadores socioeconômicos e as taxas de criminalidade alicerçadas pelas políticas públicas no município de Palmas, estado do Paraná (Brasil), entre 2005-2012. E, fundamentado pelos apontamentos históricos, sociais, econômicos e culturais, questões culminantes que estão em evidência na criminalidade do município em tela, principalmente nos eventos lesão corporal, arma de fogo e homicídios, ocorrências essas movidas por fatores que ceifam vidas, em muitas com requintes de crueldade.

Neste contexto, é de se ressaltar, ainda, um breve estudo aos embriões históricos da estrutura socioeconômica e cultural do município de Palmas, estado do Paraná (Brasil), para promover uma avaliação ampla e necessária à problemática apresentada. Avaliando as características territoriais e pontos de convergência do fluxo migratório às frentes de trabalhos temporários, mão de obra braçal, efêmera, desqualificada e barata, aludindo ainda de forma sucinta as principais áreas de conflitos no município, como as reservas indígenas, quilombola, os assentamentos e acampamentos do Movimento dos Sem Terras (MST), acentuando o desequilíbrio econômico e social, elementos que expõem o município a um alto nível de violência.

Despertando, portanto, a atenção para a discussão da atuação de emprego policial para prevenir e coibir a elevação da criminalidade sobre o cenário apresentado. Ao longo do trabalho, serão analisados os seguintes tópicos: Índice de Desenvolvimento Humano (IDH), número total de ocorrências e do número de homicídios, entre 2005 - 2012, do município de Palmas, estado do Paraná (Brasil).

Desta forma, pretende-se despertar a necessidade de uma análise profunda de Segurança Pública e políticas públicas, para proporcionar uma atuação mais eficaz e permanente em desfavor as ações criminosas. Neste mister, busca-se identificar as experiências adotadas na segurança pública em âmbito nacional e estadual, e dentro de uma amostragem no município de Palmas, estado do Paraná (Brasil), delimitar a implementação de ações públicas as pessoas mais desprovidas no âmbito social e econômico, somente assim ao longo dos anos poderemos obter um estímulo de êxito para a mudança desse cenário atual.

2. Representação da violência: contexto nacional, estadual, regional e local

Os aspectos da criminalidade no Brasil, assim como nos demais países da América Latina, possuem um grande deficit nas áreas sociais e econômicas, ainda com o desenvolvimento pujante e emergente perante a América Latina, o Brasil apresenta uma enorme desigualdade social e econômica, com altas taxas de analfabetismo, mortalidade e de violência.

Por meio da infraestrutura e desenvolvimento social e econômico, o estado do Paraná possui forte expressão nacional, como um dos estados mais ricos no cenário econômico brasileiro. Contudo, esse mesmo desenvolvimento ocasionou, além disso, fenômenos como o desemprego e violência nas principais cidades do estado e ainda, devida ausência anteriormente de investimento socioeconômico, esse desenvolvimento em algumas cidades paranaenses menos populosas resultou em um maior índice de criminalidade.

Apresentando características próprias, a região Sudoeste do estado do Paraná (Brasil), compreende 42 municípios, em sua maioria considerados pequenos, com grande extensão territorial fronteira com Argentina e rodovias de acesso direto ao Paraguai, fatos estes, geradores de problemas na segurança pública pautados aos crimes transnacionais (contrabando e descaminho).

Dos 42 municípios pertencentes ao sudoeste do Paraná 07 destes (Capanema, Pérola d'Oeste, Pranchita, Santo Antônio do Sudoeste, Planalto, Bom Jesus do Sul e Barracão) encontram-se localizados na linha de fronteira, ou seja, com fronteira limítrofe à Argentina, sendo que a cidade de Barracão além de estar nesta linha fronteira é classificada como cidade-gêmea, por fazer fronteira com Bernardo de Irigoyen da Argentina e Dionísio Cerqueira de Santa Catarina. O município de Palmas, juntamente com mais trinta e quatro municípios do sudoeste, fazem parte da área denominada faixa de fronteira, com uma distância de 150 quilômetros da linha de fronteira.

Assim, às rodovias da região Sudoeste do estado do Paraná (Brasil), destacam-se como as principais vias de acesso aos países vizinhos, fato este demonstrado pelo grande número de veículos, tanto de passageiros quanto de cargas, que circulam nestas de forma constante e volumosa, bem como a entrada de produtos e mercadorias que atravessam pelas aduanas. Além, do volume que é repassado pela fronteira por embarcações e aéreo naves clandestinas, provenientes de Ciudad del Este, no Paraguai, como assegura Robinson (2001, p.14):

Atualmente, Ciudad del Este não é apenas o mercado negro mais importante do continente, mas também a cidade com o terceiro maior volume de transações em dinheiro vivo, somente atrás de Hong Kong e Miami. Produtos de grife falsificados, dinheiro falso, passaportes falsos, CDs pirateados, software pirateado, carros roubados, drogas, lavagem de dinheiro e comércio de armas fazem com que Ciudad del Este movimente entre doze e quatorze bilhões de dólares por ano. Em contraste, o PIB oficial do Paraguai é de apenas nove bilhões de dólares.

Neste contexto, são realizadas ações criminosas como trafico de drogas, contrabando e descaminho (cigarros, bebidas e remédios) furto e roubo de veículos e ainda roubo a condutores e passageiros de veículos (ônibus de turismo), desencadeando uma vulnerabilidade de segurança na região como um todo e em potencial aos municípios próximos as fronteiras e naqueles em que cursam as rodovias de acesso à fronteira.

Deste modo, não só o desenvolvimento se alastra na região Sudoeste do estado do Paraná (Brasil), mas também a criminalidade, por meio do crime organizado que se abastece de todas essas possibilidades com o grande número de rotas e cidades, que se transformam em um instrumento de entrada e saída do crime.

Em relação à criminalidade, conforme os dados do "Mapa da Violência 2010", publicado pelo Instituto Sangari (2007), o Paraná, representava a nona unidade federativa mais violenta do país, liderando o índice de criminalidade da região Sul do Brasil. O município de Foz do Iguaçu, como o mais violento do Paraná (e da região Sul do país) seguido por Guaíra, Tunas do Paraná, Rio Bonito do Iguaçu, Palmas e Campina Grande do Sul, como mencionado, município estes com número de população pouco expressivo mais com taxas de criminalidade alta.

3. Formação histórico-cultural de palmas – um breve panorama

Se tratando do município de Palmas, estado do Paraná (Brasil), a sua micro-região possui uma narrativa importante no conjunto histórico do estado do Paraná e do Brasil. Pois, de forma direta ou indireta, essa região esteve envolvida em conflitos significativos, com o tratado de Tordesilhas, em que as terras já eram elemento de subversão entre o Brasil através dos portugueses e Argentina com os espanhóis.

Do mesmo modo, as regiões conhecidas como os Campos de Palmas serviram de passagem para a marcha da Coluna Prestes e a mais importante e sanguinária das desordens cominando em uma batalha travada com a Guerra do Contestado, episódios que tiveram suma importância e contribuição ao incremento político e ênfase histórica do país.

Porém, A ocupação efetiva dos Campos de Palmas se tornou por volta de 1838 uma questão de política nacional, pois a região correspondia ao território contestado pela Argentina na questão de limites. José Ferreira dos Santos que havia firmado contrato com o governo provincial de São Paulo (que lhe deu direito de, após escolher a sua fazenda, dar posse de terras aos outros integrantes do grupo) formou sob sua chefia uma sociedade de estancieiros guarapuavanos para conquistar e povoar a região. (Lago, 1987, p. 59).

Juntamente a esses eventos, contribuíram para o princípio da estruturação socioeconômica e cultural da região, segundo Krüger (2002), as expedições dos desbravadores Bandeirantes e as campanhas Jesuítas, que por aqui passavam apenas se aproveitavam de atividades primitivas e extrativistas local, incidindo em promoverem a construção dos primeiros estabelecimentos de comércio e o abertura das pequenas atividades agropecuárias, que tinha como finalidade de amparar aqueles que estavam a caminhos para outras regiões.

Assim, o município de Palmas estado do Paraná (Brasil) e sua região possuem uma vasta área territorial, com um clima favorável ao cultivo de alguns produtos como a erva mate e araucária. Atualmente, algumas atividades econômicas auferiram evidência, como a criação de gado da raça caracu na pecuária, a maçã na

fruticultura e, a extração e indústria madeireira, que diferente das demais atividades é empregadora permanente.

O cultivo da maçã, na época da safra corresponde a principal indústria empregadora temporária, com demanda de trabalho braçal, trabalhadores efêmeros, com mão de obra precária e desqualificada. Em sua maioria, pessoas do sexo masculino que se deslocam em comboios de ônibus, de várias regiões do Paraná e Santa Catarina, se alojando em grandes acampamentos, os quais oferecem mínimas estruturas de segurança e condições de higiene, permanecendo no município até o fim da colheita, gerando um acréscimo desregular temporário da sua população, desencadeando nesses períodos problemas de ordens sociais e econômicas.

A indústria madeireira, também proporciona de certa fora oferta não permanente. Voltada ao mercado externo, em períodos de baixa exportação promove demissões em massa. Grande parte destes trabalhadores são provenientes de outras regiões e ficam aguardando na cidade com suas famílias um novo contrato de trabalho. Essa permanência resulta no aumentando do número de postos de trabalho temporário na cidade, no aumento das áreas de risco e pobreza, aviltando com a sua dignidade, a um ambiente propício de precariedade e hostil ao baixo desenvolvimento.

Confirmação, esta, demonstrada pelo Índice de Desenvolvimento Humano (IDH/2009) do município de Palmas, estado do Paraná (Brasil), igual a 0,737 ocupando hoje a 216ª colocação na relação de IDH dos 399 municípios existente no estado do Paraná. Dado preocupante, quando comparado a índice de municípios da região Sudoeste, como o de Pato Branco, que ocupa a 3ª posição com 0,849 conforme o Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD 2009), distante apenas 85 km do município de Palmas, estado do Paraná (Brasil).

4. Índice de desenvolvimento humano (idh)

O emprego de indicadores é uma importante ferramenta metodológica, para almejar-se um planejamento público, com ações capazes de serem organizadas visando minimizar forças escusas para se alcançar a finalidade do bem-estar social. Este trabalho utilizou o Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) para assentamento do atual cenário de desenvolvimento econômico e social do município de Palmas, estado do Paraná (Brasil).

Este índice foi desenvolvido em 1990, por Mahbub ul Haq, economista paquistanês, com o auxílio do economista indiano Amartya Sen, e desde 1993, essa avaliação é realizado através do Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD), programa que divulga anualmente a relação em que seu índice serve de comparação entre os países, com objetivo de medir o grau de desenvolvimento econômico e a qualidade de vida oferecida à população.

No Brasil, este índice é organizado pelo IPEA (Instituto de Pesquisas Econômicas Aplicadas) e pela Fundação João Pinheiro/MG – FJP, com base nos censos do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE, através do desenvolvimento humano, a elaboração propicia comparações com o indicador do Produto Interno Bruto (PIB), como parte da conjuntura para se calcular os avanços, que não devem se abster apenas na área econômica, mas ainda em outros elementos sociais, culturais e políticas, conjunto estes que influenciam diretamente na condição e qualidade de vida humana (Souza, 2006).

Em relação a sua variação, o índice poderá ser de valor zero (0), representando assim nenhum desenvolvimento humano, e o seu valo máximo atingirá até o valor de um (1), denotando um total desenvolvimento humano. Valendo-se para a classificação em três grupos, conforme o seu resultado, uma vez que, se o IDH estiver entre 0 e 0,499, é considerado baixo, quando o IDH está entre 0,500 e 0,799, é considerado médio e quando o seu IDH está entre 0,800 e 1, é considerado alto desenvolvimento. Na constituição para análise do IDH, estão relativamente equacionados três critérios, ou seja, sub-índice, a educação, renda e a longevidade da população avaliada.

Segundo o relatório do Índice de Plano das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD) divulgado em 2010 que apresenta o Brasil na 73ª posição entre 169 países, indicando "tendência de crescimento sustentado ao longo dos anos". Neste ano o IDH brasileiro ficou **0,699** numa escala explanada anteriormente de 0 a 1.

(PNUD, 2010). No relatório do Desenvolvimento Humano 2011, divulgado pelo Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD), classifica o Brasil na 84ª posição no ranking mundial com IDH de 0,718 levando em consideração que a média mundial do IDH é de 0,682.

Assim, o IDH do Brasil é considerado de alto desenvolvimento humano, pois o país vem apresentando bons resultados econômicos e sociais. A expectativa de vida em nosso país também tem aumentado, colaborando para a melhoria do índice nos últimos anos.

Por conseguinte, o estado do Paraná, analisado juntamente com outros fatores em 2011 apresenta-se como o sexto melhor IDH no país, com podemos observar na tabela a seguir:

PARÂMETRO	LOCALIDADE	IDH	MÉTRICA	VALOR
Educação	Estado Paraná	0,879	Taxa de alfabetização de adultos (%)	90,47
			Taxa bruta de frequência escolar (%)	82,88
	Município Palmas		Taxa de alfabetização de adultos (%)	87,12
			Taxa bruta de frequência escolar (%)	67,44
Renda	Estado Paraná	0,787	Renda per capita (r\$ 1,00)	321,39
	Município Palmas	0,689	Renda per capita (r\$ 1,00)	241,75
Longevidade	Estado Paraná	0,747	Esperança de vida (anos)	69,83
	Município Palmas	0,716	Esperança de vida (anos)	67,93
Idh médio	Estado Paraná	0,787		
	Município Palmas	0,737		

Tabela 1 - Indicadores e classificação do IDH do estado do Paraná e do município de Palmas . Fonte: Autoria Própria, dados coletados no Atlas de Desenvolvimento Humano no Brasil - 2010.

Na tabela 01, apresentamos dados do IDH-M do estado do Paraná em relação aos do município de Palmas, demonstrando que o estado possui IDH-M 0,78, enquanto no município de Palmas, PR, e de 0,73. Quando a análise volta-se para os indicadores que compõem o IDH-M é possível notar que, no Estado, educação e renda possuem índice alto ou acima da média, entretanto o indicador IDH longevidade classificando-se como médio. Esse é um indicativo que mesmo apresentando um elevado PIB a renda per capita de seus moradores não é suficiente para garantir uma maior longevidade da população, conforme metodologia de construção do IDH-M.

Todavia, em verificação aos indicadores que compõem o IDH-M do município de Palmas, estado do Paraná (Brasil), pode-se observar que enquanto IDH educação está na média prevista o IDH longevidade e IDH renda demonstram que a renda per capita de seus moradores não é suficiente para garantir acesso aos bens essenciais, ocasionando sérios problemas a saúde e dignidade humana, refletindo na baixa longevidade da população palmense.

No quesito educação, o município de Palmas, estado do Paraná (Brasil), foi por muitas décadas referência de ensino superior privado na região Sudoeste do Paraná e Oeste de Santa Catarina, com um número considerável de estudantes que movimentavam temporariamente a economia do comércio e serviços, como restaurantes, hotéis e pensões.

Denotando com isto, que o ensino local era oportunizado apenas a poucas pessoas do município, comprometendo ainda mais a população local, em relação à educação e cultura, apesar da infraestrutura da instituição de ensino, o acesso a educação e cultura eram restritivas.

De fato, Palmas é o 15º município mais desigual do Sul do Brasil, e o 9º neste quesito no estado do Paraná. O decil mais rico da população ganha cerca de 30 vezes o rendimento da parcela dos 40% mais pobres. Um

índice muito superior à média do estado que é uma razão de 23,8 vezes. Deflagrando uma grande disparidade socioeconômica evidente no município, agravando ainda mais o separatismo social entre as pessoas, e a carência de políticas públicas, já que esse cenário desencadeia outros problemas sociais, como a criminalidade.

5. Segurança pública em relação à criminalidade e violência.

Primeiramente, antes de realizar qualquer apontamento a cerca da manutenção da segurança pública em coibição e prevenção à criminalidade e a violência, devemos considerar de forma sucinta que os fatores aqui considerados não se restringiram apenas aos socioeconômicos, pois intrinsecamente abrange do mesmo modo as disposições e prenunciados da disposicionalidade social para a violência urbanizada, a disponibilidade causas do desemprego e trabalho informal, bem como a presença de cada vez mais jovens no crime organizado, assim como já é consenso na literatura sociológica mundial, cada modalidade de ato criminal ou violento incide diferenciadamente nos espaços sociais.

Constituindo, que os atos violentos são aqueles que atingem a integridade física da vítima, através do emprego da força ou da ameaça em fazê-lo, na sua forma bruta ou com a utilização de armas de fogo ou outros objetos que colocam em risco a sua vida. Estas práticas são as que mais causam impacto social e interferem diretamente na percepção da população de uma área, município, região ou estado, acerca dos movimentos da criminalidade, contribuindo com a configuração de uma atmosfera de insegurança ou até de pânico onde ocorrem ou se presume sua incidência.

Há existência de uma discussão sociológica brasileira que se persiste em razão da vertente das variantes criminosas, perpetuando a associação de pobreza e criminalidade. Segundo, Schabbach (2000), durante algumas décadas alguns autores como, Zaluar, 1984 e Campos Coelho, 1988, ponderaram severamente as chamadas linhas tendenciais a delinquência, com o desemprego, a exclusão social e as privações de bens de serviço públicos com a situação econômica dos menos favorecidos, sendo que esses seriam apenas as consequências do domínio capitalista agravados com o processo de instabilidade financeira produzida pela globalização.

Criticas bem avaliada, pois essa discussão acabou por criminalizar milhares de pessoas pobres, independentemente de sexo, idade e escolaridade, ainda, merece descredito por não conseguir explicar as inúmeras ações criminosas de pessoas de uma classe mais sucedida economicamente, não também por não levarem em considerações as questões dos órgãos de segurança pública, a respeito da produção criminosa, que responsável por sua ineficiência ao seu combate. Pois nem todos de uma determinada classe são agentes produtores da criminalidade, porém, pobreza e criminalidade são problemas sociais independentes, mais as determinações econômicas aparecem ao fundo deste cenário.

Atualmente, em relação aos eventos de crimes no Brasil, é de imediato associado consciente e coletivamente o local do fato com a pobreza e a incidência da criminalidade deste. Afirmar que pobreza é sinônimo de criminalidade, e que os abastados possuem geneticamente uma conduta aprovada socialmente, estaríamos contradizendo o que Durkheim (1963) estabeleceu, não aceitando o fato criminoso como um acontecimento que faz parte da normalidade.

Entretanto, Gomes (2009), menciona em seu artigo que Zaluar (1999) aponta ainda que a relação entre pobreza e criminalidade é ilegítima, não devendo o crime vincular-se apenas a determinadas categorias sociológicas. Por outro lado, Kliksberg (2001, p. 163) direciona a análise sobre o aumento da criminalidade na América Latina apontando para a influência de três grupos de causas: desemprego juvenil, baixa educação e deterioração familiar.

Neste sentido, ao se analisar a causas da criminalidade do país, fazendo um recorte a discussão conduz à análise do modelo de desenvolvimento que favoreceu a construção de um conjunto de fatores de exclusão e degradação familiar motivando situações de conflito social. A respeito dessa situação de conflito, assevera também Kliksberg (2001), que o convívio em um ambiente de pobreza com os anseios privativos que são

oportunizados nas lacunas da sociedade gerando um ambiente social potencialmente conflituoso, oferecendo no mínimo o aumentando de ações criminosas.

Produzindo, assim, uma visão que o crime e a violência, são reflexos de privações relacionadas em oportunidades de desenvolvimento materializado, causados pela desigualdade sócia e econômica, tendo como consequência um núcleo conflituoso de uma classe socialmente homogêneo disputando o rateio dos poucos benefícios que são aplicados em razão do desenvolvimento. Assim, para atenuar esses conflitos e diminuir a criminalidade em buscas dos benefícios sociais e econômicos, deve-se haver um amplo atendimento das necessidades primárias humanas, previstas como um direito, para obtermos uma desigualdade social menos acirrada.

Embora culturalmente a população brasileira possua uma consciência que, a segurança pública é de responsabilidade da atividade policial. Há uma complexidade de ações neste contexto, pois além de ser dever do Estado, a segurança pública engloba as atividades policiais na prevenção e repressão à criminalidade, as atividades do Ministério Público e da Justiça, e o sistema penal, somando-se ainda, às políticas públicas de redução de riscos no ambiente social, proporcionando oportunidades socioeconomicamente aos cidadãos.

6. Resultados e discussões

Este trabalho tem por objetivo aferir dados das ocorrências policiais militares do município de Palmas, estado do Paraná (Brasil), sede da 2ª Companhia do 3º Batalhão da Polícia Militar do Paraná- 2ª Cia/3º BPM. Através destes podemos verificar que os eventos registrados denotam grandes prejuízos à segurança pública, no que se refere ao aumento dos índices de criminalidade. Demonstrando que, muitas vezes somente a repressão e prevenção policial isolada de outros investimentos sociais não são suficientes para alterar o quadro de estatísticas da criminalidade, pois a situação socioeconômica e cultural de uma população é determinante para a oscilação das ocorrências criminais as quais afetam relativamente à segurança da população, com a junção de todos os fatores mencionados mais o consumo de álcool ou tóxico, acabam eclodindo os crimes contra a vida.

	Lesão Corporal	Furto Simples	Furto Qualificado	Roubo	Estupro	Homicídio	Tráfico de Drogas	Apreensão de armas	Total
2005	163	172	238	50	2	16	3	71	715
2006	182	184	285	24	2	14	5	51	747
2007	294	212	386	66	3	22	6	74	1063
2008	278	143	387	40	3	16	15	70	952
2009	215	112	134	51	4	12	19	52	599
2010	150	47	182	41	4	6	4	76	510
2011	174	88	194	24	6	12	20	60	578
2012	122	107	143	7	2	9	18	40	347

Tabela 2- Estatística dos crimes ocorridos entre os anos de 2005-2012 no município de Palmas, estado do Paraná (Brasil). Fonte: Autoria Própria, dados coletados na 2ª Cia /3º BPM.

Essa relação de crimes ocorridos (tabela 2) refere-se à informação das principais ocorrências policiais, conhecidas como de vulto, ou seja, de repercussão, as quais são responsáveis conforme suas frequências para verificar o estado de sensação de segurança através dos índices de criminalidade de um lugar, cidade ou região.

Se verifica nas ocorrências policiais no município de Palmas, estado do Paraná (Brasil), com natureza de lesão corporal, furto simples, furto qualificado, roubo, estupro, homicídio e apreensão de arma, entre os anos de 2005 a 2009 os números registrados apresentaram insignificantes redução.

Entanto, as ocorrências de tráfico de drogas do tipo crack e canabis sativa vulgarmente conhecida como maconha, entre os anos de 2005 a 2007 os números registrados mantiveram estáveis, e entre os anos de 2008 a 2012 apresentou uma acentuada elevação nas ocorrências desta natureza, que revela uma das maiores preocupações da segurança pública, pois o tráfico e consumo de droga está ligado com todos os demais crimes, de maneira direto ou indiretamente.

Popularmente conhecido como um município violento, o município de Palmas, estado do Paraná (Brasil) fundamenta-se no número de homicídios, muitas vezes praticados por motivos banais e de forma violenta com requinte de crueldade. Observa-se que, os autores na maioria dos casos são primários, sem registro em ocorrências policiais desta natureza, pessoas desprovidas financeiramente com precárias condições sociocultural, crimes resultantes de desafetos e problemas pessoais.

A prevenção para coibir os crimes de homicídios, é diferente dos demais, pois apenas policiamento preventivo, abordagem ou a presença policial em determinado momento pode não sortir efeito, apenas retardar o crime, há casos em que o autor poderá repensar e sair do estado emocional e psicológico em que se encontra e desistir de cometer tal crime, mais se não ocorrer mentalmente à desistência de cometer o homicídio, estando emocionalmente decidido cometerá de qualquer forma, local e com a utilização de arma ou instrumento para a concretização deste.

Quanto à criminalidade em geral, questiona-se o filósofo Jean-Paul Sartre: Alguém nasce violento ou é o ambiente que deixa o homem assim? A ciência tem se esforçado muito para responder a esta questão. Algumas pesquisas têm apontado causas genéticas como determinantes do comportamento violento, enquanto outras têm encontrado no ambiente as causas deste fenômeno.

Face ao exposto, se questiona: por que a violência no município de Palmas, estado do Paraná (Brasil), entre os anos 2005-2012, obteve redução, mesmo diante de condições sociais, econômicas e até mesmo culturais sem alterações significantes? Será que a atividade policial produz alguma alteração comportamental na população, com o passar dos anos?

Como demonstrado na tabela 02, a partir de 2010 ocorreu uma redução nos crimes em geral, acredita-se que parte deste resultado deve-se aos investimentos feitos na segurança pública com o aumento e renovação do efetivo policial da Polícia Militar e Civil.

O município de Palmas, PR, no ano de 2009, segundo informações obtidas no 3º BPM/ 2ª Cia de Palmas, possuía um contingente de 09 (nove) policiais militares e 04 (quatro) policiais civis. Em 2010, a polícia militar contava com 15 (quinze) Policiais, na polícia civil houve a ingressão de auxiliares administrativos, onde o efetivo de policiais civis permaneceu o mesmo, mais a sua atuação era específica em serviços da polícia judiciária. A elevação do efetivo policial Militar e as alterações dos serviços da polícia civil, contribuiu para a elucidação de crimes e maior número de prisões em flagrante e apreensões de arma e droga. O maior número de policiais e viaturas nas via públicas, abordando pessoas, veículos e estabelecimentos comerciais como bares e eventos populares, acredita-se que contribuíram para a redução no número de incidências criminais.

Até 2012, o Pelotão Policial Militar do município era subordinado à 1ª Cia de Polícia Militar de Pato Branco, com a reestruturação na segurança pública do estado do Paraná, foi elevada a 2ª Cia de Polícia Militar, com isso passou a obter em seu quadro de efetivo um número significativo de policiais militares, novas viaturas policiais e grupos especializados como o Serviço Reservado e Rotam, ordinariamente ainda atuam duas viaturas compostas por dois policiais para atendimento das ocorrências policiais 24 horas. A fiscalização em abordagens é constante, principalmente nas áreas de maior incidência criminal.

No Brasil assim como em vários países do mundo, a redução de crimes faz parte da política social e de segurança pública, com um conjunto de estratégias práticas, voltados para conscientizar as pessoas em que está diante de alguma espécie de situação de risco a criminalidade, sejam biológicos, sociais, econômicos ou culturais, sem necessariamente interrompê-lo, levando em consideração à liberdade e a valorização a vida.

Dentre estas ações se destacam, serviços como 181 do narcodenúncias da Polícia Militar, onde constantemente são recepcionadas denúncias de tráfico e consumo de drogas, após as denúncias é realizado

trabalho de diligências e investigação visando à prisão de traficantes e, a entrega voluntária de armas de fogo com o recebimento de R\$ 300,00 (trezentos) reais por arma voluntariamente entregue, além dos programas de combate à violência “sou da Paz” e a campanha do ministério da segurança pública “conte até dez” que visam conscientizar as pessoas a repensarem sobre seus atos.

Atualmente, o governo do estado do Paraná vem realizando diversos investimentos na área de segurança pública, como a realização de concursos públicos para a ingresso de policiais militares, o projeto Paraná Seguro, investimentos estes associados à aproximação da Copa do Mundo de 2014.

Na área de educação, a instalação do câmpus do Instituto Federal do Paraná, IFPR, concebe a oferta de ensino público, de cursos superior e técnico para a sociedade, cursos esses condizentes para o desenvolvimento local e regional, objetivando aproximar instituição com a sociedade para um desenvolvimento econômico, social e cultural.

Na habitação, o município apresenta vários bairros com resquícios de favelamento, residências muito humildes em área de risco. Essa realidade vem se alterada com programas sociais do governo federal em parceria com o município, estão sendo construídos conjuntos habitacionais para a população de baixa renda em que vivem em áreas de riscos, além do programa “minha casa minha vida”, que oferece as famílias com uma renda fixa a possibilidade em adquirir a sua casa própria.

O investimento espesso na área de segurança pública atingiu uma redução considerável, mais é importante ressaltar que para obter de fato uma redução criminal consciente da população, em que faz parte do livre arbítrio e comportamento das pessoas pode-se levar anos e gerações, no entanto o investimento deve-se ser abrangente para todas as áreas sociais e econômicas, objetivando elevar consideravelmente o IDH da população palmense, pois, investir apenas na segurança pública com policiamento preventivo e repressivo vai fazer com que a ocorrência do crime transfira-se de local, o que vem ocorrendo há muitos anos no Brasil.

7. Considerações finais

O crime é um fenômeno que desafia o convívio social desde os primórdios da civilização humana. Querer extinguí-lo é quase uma utopia. O que se espera dos órgãos de segurança é que através de medidas, possam reduzir a criminalidade a níveis aceitáveis. Em tempo algum houve uma sociedade que estivesse livre da ação criminosa. Mesmo em tempos idos, sob a égide de penas que impunham a tortura, amputação de membros, morte, banimento, ainda assim, havia pessoas que cometiam crimes.

Assim sendo, não é através de penas cada vez mais severas que se conseguirá a redução dos índices criminais. Não se quer aqui pregar o conformismo ou o determinismo, afirmando que estamos fadados a conviver com crimes, impotentes, sob a ótica da prevenção.

A história da formação econômica e cultural de Palmas, estado do Paraná (Brasil) conduziu esta região a uma estruturação social bastantó adversa, com graves problemas de distribuição de renda e grande volume de pobreza. O presente trabalho traduziu-se em um estudo paliativo pautado no IDH do município de Palmas, estado do Paraná (Brasil), e os números das principais ocorrências criminais atendidas pela Policia Militar do município, entre 2005-2012, uma vez que a cidade possui um dos IDH mais baixo entre os municípios do Paraná e do Brasil, e o número de homicídio é considerado elevado proporcional a sua população.

Diante do cenário apresentado, a população é considerada como uma das mais desiguais socioeconomicamente do estado do Paraná, produzindo negativamente ao município de Palmas, estado do Paraná (Brasil), uma referência contraproducente de uma cidade com altos índices de criminalidade e pobreza. Uma das formas de obter-se alguma mudança na diminuição da criminalidade é priorizar ações que visam melhorar as condições de vida da população, diminuindo o desemprego, a fome, o analfabetismo, entre outras causas determinantes de desigualdades sociais, com efetivas ações de combate ao crime, com consequente responsabilização dos culpados e do cumprimento da pena, pode-se chegar a patamares aceitáveis em índices de criminalidade.

Somente com uma constante concretização de ações sociais, onde o desenvolvimento seja significativamente visível, poderá assim contribuir em muito para a redução dos índices de criminalidade. O acesso mínimo aos

serviços básicos como saúde, moradia, educação e segurança pública com oportunidade ao trabalho digno e ao lazer, proporciona por si só a uma sensação de paz social.

Referências bibliográficas

_____. *Mapa da Violência 2012. Os novos padrões da violência homicida no Brasil*. São Paulo, Instituto Sangari, 2011.

Arendt, Hannah (1969). *Da violência*. Digitalizado em 2004. Recuperado em 20 de Novembro, 2012 de, www.sabotagem.cjb.net

Beato filho, Cláudio C (1998). *Determinantes da criminalidade em Minas Gerais*. Revista Brasileira de Ciências Sociais, São Paulo, v. 13, n. 37,1998.

Brasil (1988). *Constituição da República Federativa do Brasil de 1988*. Diário Oficial da União, Brasília. Recuperado em 19 de outubro de 2012, de www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constitui%C3%A7ao.htm

Cano, Ignácio (2002). *As origens da criminalidade*. Superinteressante Especial: por um Brasil menos violento, São Paulo, p. 14.

Cardia, Nancy (1999). *Pesquisa sobre atitudes, normas culturais e valores em relação à violência em 10 capitais brasileiras*. Brasília: Secretaria de Estado de Direitos Humanos.

Da Silva, José Afonso (2000). *Curso de Direito Constitucional Positivo*. 18 ed. São Paulo: Malheiros.

Durkheim, Émile (1989). *A divisão do trabalho social* (v.i.). Lisboa: Ed. Presença.

Durkheim, Émile (2002). *Lecciones de Sociologia*. Buenos Aires: Schapire.

Feldman, Philip M. Apud Cerqueira (2002), *A Criminalidade da Polícia*, Revista Brasileira de Ciências Criminais, nº 19, São Paulo: Revista dos Tribunais.

GOMes, Luiz Flávio (2002). *Crime organizado: que se entende por isso depois da Lei 10.217/02*. Recuperado em 17 de outubro de 2012 de www1.ius.com.br/doutrina/texto.asp?id=2919

Gomes, Martin L (2000). *Pesquisa de segurança urbana nos seminários realizados na cidade de Porto Alegre*. A Prefeitura Municipal de Porto Alegre e a segurança urbana: uma forma alternativa e cidadã de construir soluções para a segurança. Porto Alegre: Secretaria de Direitos Humanos e Segurança Urbana.

Gonçalves, Jonas Maurício; Cassuce, Francisco Carlos da Cunha; Galante, Valdir Antônio (2010). *A influência das regiões de fronteira e de variáveis socioeconômicas na criminalidade no estado do Paraná*. In Revista Perspectiva Econômica. V. 6, n. 2. São Leopoldo-RS, jul. Dez. 2010.

Ibge. Censos demográficos 2000.

Ipea. Atlas de desenvolvimento Humano. 2002.

Jannuzzi, Paulo de Martino (2003). *Indicadores sociais no Brasil*. Campinas: Ed. Alínea.

JR, Aury Lopes (2012). *Direito Processual Penal*. 9 ed. São Paulo: Saraiva.

Lago, Lourdes Stefanello (1987). *Origem e evolução da população de Palmas - 1840-1899*. Dissertação de Mestrado em História. Universidade Federal de Santa Catarina.

Ministério da Justiça(2012). *Segurança Pública, Órgãos de Segurança, conceitos básicos*. Recuperado em 20 de outubro de 2012 de www.mj.gov.br.

Nascimento, P. César (2000). *Segurança Pública. A polícia fora da lei*. São Paulo 2000. Recuperado em 17 de outubro de 2012 em http://unicamp.br/unicamp/unicamp. hoje/ju/dez2000/cad157_1.html.

Neto Cândido Furtado Maia (2008). *Criminalidade de Fronteira: Ponte Internacional da Amizade (Brasil-Paraguai) - Segurança Pública e Direito Penal Internacional*. Universo Jurídico, Juiz de Fora.

- Paraná, Secretaria de Estado da Segurança Pública do. *GEOPROCESSAMENTO: Mapa do Crime*. Recuperado em 31 de outubro de 2012, de www.seguranca.pr.gov.br/modules/conteudo/conteudo.php?conteudo=20.
- Pimenta, Paulo (2006). *Relatório da comissão parlamentar de inquérito destinada a investigar as organizações criminosas do tráfico de armas*. Recuperado em 03 de outubro de 2012 de http://www.observatoriodeseguranca.org/files/relatorio_cpiTraficoArmas_0.pdf
- Pnud (2012). Relatório do Desenvolvimento Humano 2010. *A Verdadeira Riqueza das Nações: Vias para o Desenvolvimento Humano*. Recuperado em 06 de novembro de 2012 de www.portalodm.com.br/relatorio-do-desenvolvimento-humano-2010-edicao-e-20-aniversario-bp-374-np-1.html.
- POchmann, Marcio (2010). *Desenvolvimento. Trabalho e renda no Brasil : avanços recentes no emprego e na distribuição dos rendimentos*. São Paulo : Editora Fundação Perseu Abramo.
- Ramos, Marília P.; Wittmann, M. (Org.) (2004). *Desenvolvimento Regional, Capital Social, Redes e Planejamento*. 1ª ed. Santa Cruz do Sul: Ed. da UNISC.
- Robinson, Jeffrey (2001). *A globalização do crime*. Rio de Janeiro: Ediouro.
- Sartori, G.; Morlino, L (2008). *La comparación en las ciencias sociales*. Madrid.
- Schabbach, Letícia M. (coord.) (2000). *Determinantes sociais e jurídicos do processo de julgamento dos crimes de atentado contra a vida (Relatório Preliminar de Pesquisa)*. Santa Cruz do Sul: UNISC.
- Silva Teles, Maria Eugênia Raposo (2007), *Propostas para uma nova política de Segurança Pública*, Revista Brasileira de Ciências Criminais, nº 42, p. 15, São Paulo: RT.
- Silva, Maria Cristina C. Da (2000). *Ato Delinquente e adolescência, vicissitudes de uma travessia*. In Associação Psicanalítica de Porto Alegre. *Adolescência entre o Passado e o Futuro*.
- Souza Minayo, Maria Cecília de; Ramos de Souza, Edinilsa (1999). *É possível prevenir a violência? Reflexões a partir do campo da saúde pública Ciência e Saúde Coletiva*, Vol. 4, Núm. 1.
- Souza, Luís Antônio Francisco (2006), *Policiamento no Brasil Mudanças Recentes e Tendências Futuras*. Boletim IBCCRIM, nº 113.
- Torrens, João Carlos Sampaio (2007). *Território e desenvolvimento: a experiência de articulação territorial do Sudoeste do Paraná*. Recuperado em 21 de setembro de 2012, de www.deser.org.br/pub_download.asp?href=publicacoes/estudosTerritoriais_2.pdf&id=153
- Velho, Gilberto; Alvito, Marcos (org.) (1996). *Cidadania e violência*. Rio de Janeiro: Editora UFRJ: Editora FGV.
- Waiselfisz, Julio Jacobo (2008). *Mapa da violência dos municípios brasileiros*. Brasília: Ideal Gráfica e Editora.
- Zaluar, Alba (2012). *Integração perversa: pobreza e tráfico de drogas*. Rio de Janeiro.
- Zarzuela, José Lopes (2000). *Laudo Pericial Aspectos Técnicos e Jurídicos*. São Paulo: RT.